

consciência Bancária

SEDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVII - 6632 - QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2020



CAIXA 100% PÚBLICA: O BRASIL INTEIRO É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO BANCO

O Brasil quer a Caixa 100% Pública. Isso ficou claro com pressão e mobilização de entidades representativas dos trabalhadores e da sociedade civil que resultou em 412 emendas apresentadas por deputados e senadores contrários à Medida Provisória do governo. A MP 995 abre caminho para a privatização da Caixa Econômica Federal (CEF).

A MP foi editada na noite da última sexta-feira (7). Considerada uma privatização disfarçada da Caixa, por fatiar o banco e tirar do Estado suas áreas mais rentáveis, a medida provocou reação imediata da sociedade organizada e do Legislativo.

Parte das emendas contrárias à proposição do Executivo é resultado da mobilização que as entidades representativas dos empregados da Caixa fizeram, no Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os parlamentares sobre os efeitos prejudiciais da iniciativa do governo Bolsonaro.

Em seus dois artigos, a MP autoriza as subsidiárias do banco público a incorporar ações de outras sociedades empresariais e a aquisição do controle societário ou participação minoritária em empresas privadas. O texto tem validade de 60 dias e pode ser prorrogado por mais 60. Por se tratar de MP, as ações já estão em vigor.

O foco do governo é a venda de subsidiárias como Caixa Seguridade,



quarto maior grupo segurador do país, e Caixa Cartões. Mas, estão também na mira privatista do ministro Paulo Guedes e do presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a abertura de capital das Loterias, Gestão de Ativos de Terceiros e o Banco Digital.

A abertura de capital das subsidiárias é uma forma clara de privatizar a Caixa. Isso está acontecendo porque o mercado financeiro quer e o ministro Paulo Guedes está a serviço do mercado financeiro. A unidade nesse momento é fundamental para mobilizar os parlamentares e a sociedade contra essa medida que vai enfraquecer as ações desenvolvidas pela Caixa e prejudicar o país.

STF

A edição da MP é uma reação à necessidade de autorização legislativa exigida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5624 movida pela Feneae e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), questionando os processos de privatização e venda das empresas públicas e suas subsidiárias. O STF decidiu que a autorização legislativa é necessária apenas na privatização de “empresas-mãe”.

Enquete

Os empregados Caixa e a sociedade em geral também podem dar sua opinião sobre a MP 995 e pressionar os deputados a votarem contrários a Medida Provisória. Participe da enquete da Câmara dos Deputados (<https://tinyurl.com/y5u6bsfh>).

Fonte: Contraf

HOJE TEM NEGOCIAÇÃO SOBRE IGUALDADE



Nos bancos, as mulheres ainda são preteridas na hora das promoções e ganham menos do que os homens, mesmo em cargos hierárquicos equivalentes. As distorções precisam ser corrigidas. Por isso, hoje (13/08), o Comando Nacional dos Bancários negocia com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) igualdade de oportunidades.

A categoria reivindica a manutenção de todos os direitos já assegurados da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho); a equiparação salarial entre homens e mulheres; além da igualdade de oportunidades entre os candidatos a cargos na estrutura hierárquica e administrativa da empresa.

Os bancários também querem que todo trabalho de mesmo valor, prestado ao mesmo empregador, corresponda a igual salário sem distinção de raça, cor, gênero, idade e orientação sexual (LGBTQIA+).

O combate à discriminação racial é outra demanda. Os bancos têm de ampliar o quadro de pessoal com a contratação de, no mínimo, 20% de negros, sendo de pele preta. Segundo o censo da diversidade bancária, pessoas pretas representam apenas 3,4% do total. Enquanto as pardas, 21,3%. (SBBA)

REFORMA DO ESTATUTO DA CAMED

VOTE NÃO!

veja o que diz o art. 3º do estatuto da CAMED:

Art. 3º - Para efeito deste Estatuto, consideram-se:

- Entidades Patrocinadoras - Instituições públicas ou privadas que participam, total ou parcialmente, do custeio da operadora de plano de saúde e de outras despesas relativas à sua execução e administração;
- Entidade Mantenedora - Pessoa jurídica de direito privado que garante os riscos decorrentes da operação da Camed e da insolvência de sua administração;

Se o BNB deixar de ser MANTENEDOR da CAMED, sabe quem vai garantir os riscos?

EU DEFENDO A

CAIXA
100% PÚBLICA

#MexeucomaCaixaMexeucomoBrasil
#SeePublicoeParaTodos

consciência Bancária

Informativo do Sindicato dos Bancários de Itabuna e Região, Edição Diária. Diretores Responsáveis: Jorge Barbosa (Presidente); Liamara Bricidio (Dir. Imprensa). Endereço: Av. Duque de Caxias, 111, Centro. Fone: (73) 3613-3232 (Oi); 3026-0084 (Vivo) • Endereço eletrônico: bancariositabuna@bancariositabuna.com • Página na Internet: www.bancariositabuna.com • Diagramação: Bruno de Azevedo